Docusign Envelope ID: 367D47A8-8FD5-8E1D-8244-EFC8BE16F8EC

ALFA RODOBUS S.A. TRANSPORTES, ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

CNPJ nº 97.528.044/0001-20

Relatório da Administração

Em atendimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Alfa Rodobus S.A. Transportes, Administração e Participação apresenta as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício encerrado em 31/12/2025, permanecendo à disposição dos acionistas para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. São Paulo, 28 de abril de 2026. **A Administração**

Demonstrações Contábeis - Exercício social findo em 31/12/2025 - Em reais

Balanços patrimoniais

Ativo	Notas	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.268.584	1.629.501
Contas a receber	5	3.574.374	1.029.747
Adiantamentos		1.084.566	1.092.789
Impostos a compensar		9	733.635
Estoques	6	1.144.873	1.102.182
Partes relacionadas	7	12.611.684	9.948.576
Outros ativos		1.103.338	209.028
		24.787.428	**15.745.458**
Não circulante			
Carta de crédito	8	2.920.679	2.762.829
Bloqueio judicial		119.726	119.726
Depósito judicial		193.169	193.169
Tributos diferidos	9	3.736.013	3.516.346
Outros valores a receber	10	4.341.416	4.341.416
Investimentos	11	900.823	900.823
Imobilizado	12	84.382.061	112.158.277
		96.593.887	**123.992.586**
Total do ativo		**121.381.315**	**139.738.044**

Passivo e patrimônio líquido	Notas	2025	2024
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	13.867.750	12.297.029
Fornecedores		8.300.702	2.523.154
Obrigações trabalhistas	14	12.530.408	8.019.695
Obrigações fiscais	15	1.544.741	884.741
Adiantamento de terceiros		-	46.458
Parcelamentos de impostos	16	335.987	207.664
Acordos a pagar		183.425	183.425
Outras contas a pagar		197.059	127.117
		36.960.072	**24.289.283**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	27.798.175	25.512.718
Parcelamentos de impostos	16	1.333.434	841.313
Impostos diferidos	17	14.718.815	28.551.271
		43.850.424	**54.905.302**
Patrimônio líquido			
Capital social	19	7.622.347	7.622.347
Reserva de capital		3.798.739	3.798.739
Ajuste de avaliação patrimonial	19	31.915.835	55.423.055
Reserva legal	19	351.233	174.434
Reserva de lucros		945	945
Prejuízos acumulados		(3.118.280)	(6.476.061)
		40.570.819	**60.543.459**
Total do passivo e patrimônio líquido		**121.381.315**	**139.738.044**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados

	2025	2024
Receita bruta		
De serviços	121.306.689	107.692.365
(-) Deduções da receita bruta		
Impostos sobre faturamento	(1.910.165)	(1.367.310)
Receita líquida	**119.396.524**	**106.325.055**
(-) Custo de serviços prestados	(91.007.969)	(87.752.892)
Lucro bruto	**28.388.555**	**18.572.163**
Receitas (despesas) operacionais		
Com pessoal	(9.100.309)	(8.153.495)
Administrativas	(6.491.819)	(7.694.208)
Serviços de terceiros	(2.235.638)	(2.486.855)
Taxas	(53.274)	(49.067)
Outras receitas	1.721.974	289.789
Outras despesas	-	(663.673)
	(16.159.066)	**(18.757.509)**
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	**12.229.489**	**(185.346)**
Receitas financeiras	80.511	202.420
Despesas financeiras	(9.829.486)	(7.217.707)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	**2.480.514**	**(7.200.633)**
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(1.305.815)	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido	2.361.282	2.438.645
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**3.535.981**	**(4.761.988)**
Ações do capital integralizado, na data do balanço	7.622.347	7.622.347
Lucro (prejuízo) líquido por ação (em R$)	0,46390	(0,62474)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes

	2025	2024
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**3.535.981**	**(4.761.988)**
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**3.535.981**	**(4.761.988)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa

	2025	2024
Fluxo de caixa originado de atividades operacionais		
Prejuízo líquido do exercício	**3.535.981**	**(4.761.988)**
Ajustes por:		
Depreciação	8.568.120	9.055.782
Juros sobre financiamentos	855.251	-
Provisão para demandas judiciais	-	(79.061)
Resultado na venda do imobilizado	(1.505.900)	-
Variação nos ativos e passivos		
Contas a receber	(2.544.627)	3.026.755
Adiantamento	8.223	(10.709)
Impostos a recuperar	733.626	(6.828)
Estoque	(42.691)	(212.171)
Tributos diferidos	(1.942.343)	(2.438.645)
Outros ativos	(895.711)	(540)
Carta de crédito	(157.850)	(223.920)
Bloqueio judicial	-	(1.398)
Depósito judicial	-	4.571
Outros valores a receber	-	(1.155.376)
Fornecedores	5.777.548	1.645.227
Obrigações trabalhistas	4.510.713	884.191
Obrigações fiscais	660.000	86.046
Adiantamento de terceiros	(46.458)	27.108
Parcelamentos de impostos	620.444	(207.664)
Acordos a pagar	-	(352.887)
Outras contas a pagar	69.942	(66.471)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**18.204.268**	**5.212.022**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição do ativo imobilizado	(16.408.904)	(18.480.415)
Receita com vendas de imobilizado	1.505.900	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(14.903.004)**	**(18.480.415)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	17.695.674	32.950.000
Liquidação de empréstimos e financiamentos	(14.694.747)	(18.976.388)
Emissão e subscrição de ações	-	1.155.376
Partes relacionadas	(2.663.108)	(2.431.269)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos	**337.819**	**12.697.719**
Aumento (redução), líquida, do caixa e equivalentes de caixa	**3.639.083**	**(570.674)**
No início do exercício	1.629.501	2.200.175
No final do exercício	5.268.584	1.629.501
Aumento (redução), líquido, do caixa e equivalentes de caixa	**3.639.083**	**(570.674)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva de lucros	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**7.477.925**	**2.787.785**	**-**	**174.434**	**945**	**(1.790.816)**	**8.650.273**
Subscrição de ação	144.422	-	-	-	-	-	144.422
Prêmio na subscrição de ações	-	1.010.954		-	-	-	1.010.954
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	55.423.055	-	-	-	55.423.055
Ajuste do exercício anterior	-	-		-	-	76.743	76.743
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	(4.761.988)	(4.761.988)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**7.622.347**	**3.798.739**	**55.423.055**	**174.434**	**945**	**(6.476.061)**	**60.543.459**
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(23.507.220)	-	-	-	(23.507.220)
Ajuste do exercício anterior	-	-	-	-	-	(1.401)	(1.401)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	3.535.981	3.535.981
Constituição da reserva de lucro	-	-	-	176.799	-	(176.799)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**7.622.347**	**3.798.739**	**31.915.835**	**351.233**	**945**	**(3.118.280)**	**40.570.819**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional: A Alfa Rodobus S.A. Transportes, Administração e Participação (denominada de "Companhia"), com sede na cidade de São Paulo, fundada em 25 de maio de 2011, é uma sociedade anônima fechada, com fins lucrativos, que tem por objetivo o transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal. Em 1 de agosto de 2017, foi registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo a alteração de endereço da Companhia para a Rua Marco Giannini, 533, Jardim Gilda Maria, São Paulo - SP, CEP 05550-000. Em 24 de maio de 2019, foi celebrado o contrato de concessão do serviço de transporte coletivo público de passageiros, na cidade de São Paulo, lote D13 do Grupo Local de Distribuição da concorrência 05/2015, processo SEI nº 6020.2018/0003187-0, nos termos da Lei Municipal nº 13.241, de 12 de dezembro de 2001 e alterações; Lei Municipal nº 13.278, de 7 de janeiro de 2002 e alterações; Lei Federal nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 e alterações, Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e demais normas aplicáveis, com a Prefeitura Municipal de São Paulo. Até então, a Companhia vinha atuando com base no contrato nº 64/2019 SMT.GAB - Lote Operacional D13 em caráter emergencial e a título precário de delação da prestação de serviços essenciais de transporte coletivo urbano de passageiros, assinada em 28 de julho de 2019 junto a Prefeitura do Município de São Paulo, por intermédio da Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes - SMT. Em 6 de setembro de 2019, foi celebrado o primeiro termo de aditamento do contrato alterando: o prazo de concessão do transporte público coletivo de 20 para 15 anos; para fins de remuneração, a referência da frota patrimonial passou a ser considerada a posição do cadastro da frota do dia de início da operação, e do último dia de cada mês. E, em decorrência da alteração do prazo de concessão e da remuneração, a Taxa Interna de Retorno (TIR) do referido contrato foi reduzida de 9,85% ao ano para 9,10% ao ano. O objeto do contrato é a delação, por concessão, da prestação e exploração do Serviço de Transporte Coletivo Público de Passageiros, na Cidade de São Paulo, nos termos do artigo 2 do Decreto Municipal nº 58.200, de 5 de abril de 2018, alterado pelo Decreto Municipal nº 58.541, de 30 de novembro de 2018, do Lote D13, do Grupo Local de Distribuição, com a finalidade de atender às necessidades atuais e futuras de deslocamento da população, envolvendo: a) operação da frota de veículos, incluindo a dos Serviços Complementares; b) operação das bilheterias dos terminais de integração e estações de transferência e dos postos de atendimento ao usuário do Bilhete Único; c) administração, manutenção e conservação dos terminais de integração e estações de transferência; d) operações dos terminais de integração e estações de transferência; e) serviços de tecnologia da informação aplicados ao monitoramento da frota, incluindo aquisições, instalação, operação e manutenção de toda a infraestrutura tecnológica necessárias (hardware e software) para processamento, armazenamento, comunicação, disponibilizando todos os dados coletados pelos equipamentos embarcados obrigatórios ao Poder Concedente, de modo que este possa exercer, com base nesses dados, as atividades de planejamento, monitoramento, fiscalização e apuração de indicadores que compõem os índices de qualidade e desempenho da frota vinculada ao Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros; e f) operação do Serviço de Atendimento Especial - Serviço Atende, nos termos da Lei Municipal nº 16.337, de 30 de dezembro de 2015.

2. Políticas contábeis materiais: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **a. Base de elaboração e apresentação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei n° 6.404/76 com alterações da Lei n° 11.638/07 e Lei n° 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e ratificados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas, julgamentos e premissas, o que exige da Administração julgamento para aplicação das práticas contábeis da Companhia. Essas demonstrações financeiras incluem estimativas referentes à contabilização de certos ativos, passivos e outras transações. As áreas que envolvem alto grau de julgamento ou complexidade, ou ainda as áreas nas quais as premissas e estimativas são relevantes para preparação das demonstrações financeiras. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia. **d. Demonstração de resultados abrangentes:** Não houve transações no patrimônio líquido, em todos os aspectos relevantes, que ocasionassem ajustes que pudessem compor a demonstração de resultados abrangentes. **e. Julgamentos e estimativas contábeis:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração da Companhia realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração adotou julgamentos, os quais tiveram o efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras conforme as informações incluídas nas seguintes notas explicativas: • Redução ao valor recuperável - *impairment* e vida útil de imobilizado - nota n° 12; • Provisão para demandas judiciais: constituição de provisão para causas que representem expectativas de perdas prováveis e estimadas com um certo grau de razoabilidade - nota nº 18. **f. Instrumentos financeiros: (i) Ativos financeiros:** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Companhia assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros ou não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. **Reconhecimento inicial e mensuração:** Os ativos financeiros, no reconhecimento inicial, são classificados como: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e mensurados pelo valor justo por meio do resultado e os custos de transação, debitados ao resultado do exercício. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado. As compras ou vendas de ativos financeiros que exijam entrega de ativos dentro de um prazo definido por regulamento ou convenção no mercado (negociações em condições normais) são reconhecidas na data da negociação, isto é, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas. **Mensuração subsequente:** *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:* Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. *Empréstimos e recebíveis:* Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de qualquer custo de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mantidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). *Ativos financeiros disponíveis para venda:* Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. As variações no valor justo de títulos monetários, denominados em moeda estrangeira e classificados como disponíveis para venda, são divididas entre as diferenças de conversão resultantes das variações no custo amortizado do título e outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais de títulos monetários são reconhecidas no resultado. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários, classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas no patrimônio. Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Receitas e despesas financeiras". Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas. **Desreconhecimento de ativos financeiros:** Um ativo financeiro é desreconhecido (baixado) quando, e apenas quando: • os direitos de receber fluxos de caixa de ativo financeiro expiram; • a Companhia transfere os direitos de receber fluxos de caixa do ativo financeiro; • a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou • a Companhia não transfere nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. **Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia avalia na data de cada balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo ou grupo de ativos financeiro. A redução do valor recuperável de um ativo ou grupo de ativos financeiros é considerada apenas, e tão somente, se houver evidências objetivas resultantes de um ou mais eventos ocorridos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo, e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo ou grupo de ativos financeiros, os quais podem ser estimados com segurança. O valor da redução é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido por meio do uso de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. A receita de juros é registrada nas demonstrações financeiras como parte das receitas financeiras. No caso de empréstimos ou investimentos mantidos até o vencimento com taxa de juros variável, a Companhia e suas subsidiárias mensuram a não recuperação com base no valor justo do instrumento adotando um preço de mercado observável. Se, em período subsequente, o valor da perda por não recuperação se reduzir e a redução puder ser associada objetivamente a um evento ocorrido após o reconhecimento da provisão (tal como uma melhora da classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por desvalorização reconhecida anteriormente é reconhecida na demonstração do resultado do exercício. Se uma baixa for recuperada posteriormente, a recuperação é também reconhecida na demonstração do resultado do exercício. **(ii) Passivos financeiros:** A Companhia define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos. **Mensuração subsequente:** Após o reconhecimento inicial, a Companhia deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. **Desreconhecimento de passivos financeiros:** Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício. **(iii) Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e apresentados líquidos nas demonstrações financeiras se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **g. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais com prazo máximo de até três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeito a um risco insignificante de mudança de valor. **h. Contas a receber de clientes:** O contas a receber é composto por valores efetivos de serviços prestados pelo transporte público de passageiros. **i. Estoques:** O estoque está avaliado pelo valor do custo médio, acrescido de sobra ou reduzido pela provisão para perdas, as quais são periodicamente analisadas e avaliadas quanto à sua adequação. **j. Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. A Companhia procede o teste de recuperabilidade dos ativos pelo menos uma vez ao ano, e em 31 de dezembro de 2024, não há indicação de desvalorização que requeira a contabilização de provisão para ajuste de ativo ao seu valor de recuperação. Os veículos foram ajustados ao valor justo, conforme laudo emitido por empresa especializada, em 20 de dezembro de 2024. A contrapartida foi registrada no patrimônio líquido denominado de ajuste de avaliação patrimonial. Durante o exercício de 2025, a Companhia adquiriu ônibus elétricos com subvenção da Prefeitura Municipal de São Paulo. **k. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento presente ou passado, e se a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída que possa ser estimada de maneira confiável, e provável de um recurso econômico exigido para liquidar a obrigação. **l. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam a vencer, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva. **m. Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência. **n. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável por redução e suspensão excedente de R$ 20 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido ajustado com as adições e exclusões, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, podendo deduzir 100% do prejuízo do lucro real. O imposto corrente é o imposto a pagar ou compensar sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

3. Norma contábil emitida, mas ainda não vigente: A principal alteração em norma contábil que, na avaliação da Administração, causará impacto em divulgações de períodos subsequentes da Companhia é o CPC 51 - Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis, norma equivalente à IFRS 18 - *Presentation and Disclosure in Financial Statements,* que substituirá o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. O CPC 51/IFRS 18 introduz novos requerimentos para apresentação da demonstração do resultado, requer divulgação sobre medidas de desempenho definidas pela Administração e inclui novos requisitos sobre agregação e desagregação das informações nas demonstrações contábeis, e estará vigente a partir de 1° de janeiro de 2027. A Companhia está avaliando os impactos desta norma na apresentação e divulgações das demonstrações contábeis.

4. Caixa e equivalentes em caixa:

	2025	2024
Caixa e bancos	2.040.558	1.252.780
Aplicações financeiras	3.228.026	376.721
	5.268.584	**1.629.501**

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

5. Contas a receber: Os saldos das operações em 31 de dezembro de 2025, decorrem da prestação de serviços de transporte coletivo urbano pela Companhia à Prefeitura Municipal de São Paulo por meio da Secretaria Municipal de Transporte.

6. Estoques: O saldo do estoque é composto de peças, componentes e acessórios para manutenção da frota operacional.

7. Partes relacionadas:

Descrição	2025	2024
Alfa Rodobus Participações S.A.	6.926.488	4.729.608
Cooperativa de Trabalho dos Condutores Autônomos	5.685.196	5.218.968
	12.611.684	**9.948.576**

8. Carta de crédito: Refere-se às cotas de consórcios para futura aquisição de veículos.

9. Tributos diferidos - Ativo:

Descrição	2025	2024
IRPJ diferido	2.747.068	2.585.548
CSLL diferido	988.945	930.798
	3.736.013	**3.516.346**

O saldo do IRPJ e CSLL diferidos são compostos por prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, sendo que a compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis. As premissas para constituição desses créditos consideraram os históricos de lucros fiscais e as expectativas de auferir lucros fiscais nos próximos exercícios, fundamentados por estudos técnicos que evidenciam como provável a obtenção de lucros tributáveis futuros.

10. Outros valores a receber: Refere-se aos valores a receber pela subscrição e prêmio na emissão de ações.

11. Investimentos: Conforme item 3.49 do contrato, as concessionárias deverão constituir um Fundo de Investimento em Participação, em conformidade com a Instrução CVM nº 578, de 30 de agosto de 2016 da Comissão de Valores Mobiliários, e demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. Esse fundo deve figurar como sócio controlador da pessoa jurídica gestora responsável pela execução das atividades relacionadas a: a) operação das bilheterias dos terminais de integração e estações de transferência e dos postos de atendimento ao usuário do Bilhete Único; b) administração, manutenção e conservação dos terminais de integração e estações de transferência; c) operação dos terminais de integração e estações de transferência; e d) serviços de tecnologia de integração aplicados ao monitoramento da frota. Em conformidade com as cláusulas 1.1.2, 1.1.3., 1.1.4. e 1.1.5. do referido contrato.

12. Imobilizado:

Descrição	Taxa de depreciação (a.a.)	Custos	Depreciação acumulada	2025 Líquido	2024 Líquido
Terreno		15.965.000	-	15.965.000	15.965.000
Veículos	25%	126.859.875	(68.271.662)	58.588.213	90.645.930
Equipamentos de informática	20%	334.571	(304.132)	30.439	91.046
Máquinas e equipamentos	10%	368.612	(233.342)	135.270	158.797
Equipamentos embarcados	10%	2.540.701	(1.701.858)	838.843	910.442
Ferramentas	10%	106.279	(83.264)	23.015	38.988
Móveis e utensílios	10%	474.592	(78.973)	395.619	400.880
Instalações	10%	7.242.501	(393.645)	6.848.856	2.313.750
Benfeitoria em imóvel de terceiros	10%	1.915.962	(359.156)	1.556.806	1.633.444
		155.808.093	**(71.426.032)**	**84.382.061**	**112.158.277**

Movimentação do custo

Descrição	2024	Adições	Baixas	Mais valia	Subvenção	2025
Terreno	15.965.000	-	-	-	-	15.965.000
Veículos	154.195.595	47.189.732	(3.034.000)	(35.617.000)	(35.874.452)	126.859.875
Equipamentos de informática	334.571	-	-	-	-	334.571
Máquinas e equipamentos	349.060	19.552	-	-	-	368.612
Equipamentos embarcados	2.359.130	181.571	-	-	-	2.540.701
Ferramentas	106.279	-	-	-	-	106.279
Móveis e utensílios	474.592	-	-	-	-	474.592
Instalações	2.350.000	4.892.501	-	-	-	7.242.501
Benfeitoria em imóvel de terceiros	1.915.962	-	-	-	-	1.915.962
	178.050.189	**52.283.356**	**(3.034.000)**	**(35.617.000)**	**(35.874.452)**	**155.808.093**

Movimentação da depreciação

Descrição	2024	Adições	Baixas	Mais valia	Subvenção	2025
Veículos	(63.549.665)	(8.525.480)	3.034.000	-	769.483	(68.271.662)
Equipamentos de informática	(243.525)	(60.607)	-	-	-	(304.132)
Máquinas e equipamentos	(190.263)	(43.079)	-	-	-	(233.342)
Equipamentos embarcados	(1.448.688)	(253.170)	-	-	-	(1.701.858)
Ferramentas	(67.291)	(15.973)	-	-	-	(83.264)
Móveis e utensílios	(73.712)	(5.261)	-	-	-	(78.973)
Instalações	(36.250)	(357.395)	-	-	-	(393.645)
Benfeitoria em imóvel de terceiros	(282.518)	(76.638)	-	-	-	(359.156)
	(65.891.912)	**(9.337.603)**	**3.034.000**	**-**	**769.483**	**(71.426.032)**

13. Empréstimos e financiamentos:

Modalidade	Vencimento	Taxa	2025	2024
Capital de giro	mar/34	0,65% a 1,80% a.m.	28.527.680	10.190.496
Financiamento	abr/31	0,70% a 1,83% a.m.	13.138.245	13.722.382
			41.665.925	**23.912.878**
		Circulante	13.867.750	12.079.577
		Não circulante	27.798.175	11.833.301

Movimentação de empréstimos e financiamentos:

Modalidade	2024	Captação	Provisão de juros	Pagamento: Principal	Pagamento: Juros	2025
Capital de giro	33.314.424	5.160.323	6.724.143	(10.797.801)	(5.873.409)	28.527.680
Financiamento	4.495.323	12.535.351	1.704.628	(3.896.946)	(1.700.111)	13.138.245
	37.809.747	**17.695.674**	**8.428.771**	**(14.694.747)**	**(7.573.520)**	**41.665.925**

14. Obrigações trabalhistas:

Descrição	2025	2024
Salários a pagar	1.084.837	1.060.214
Férias a pagar	155.891	379.653
INSS a recolher	2.388.010	800.114
FGTS a recolher	224.584	53.487
Pró-labore a pagar	101.548	75.775
Provisão de férias	8.281.948	5.438.651
Outros	293.590	211.801
	12.530.408	**8.019.695**

15. Obrigações fiscais:

Descrição	2025	2024
INSS - Desoneração	402.178	577.351
IRRF a recolher	980.291	291.526
IRPJ a recolher	87.997	-
CSLL a recolher	58.976	-
Outras	15.299	15.864
	1.544.741	**884.741**

16. Parcelamentos de impostos:

	2025	2024
Curto prazo		
Programa Especial de Regularização - Federal (a)	68.755	68.755
Programa Especial de Regularização - Previdenciário (b)	267.232	138.909
	335.987	**207.664**
Longo prazo		
Programa Especial de Regularização - Federal (a)	205.348	274.103
Programa Especial de Regularização - Previdenciário (b)	1.128.086	567.210
	1.333.434	**841.313**

a) Em 13 de novembro de 2017, a Companhia aderiu ao programa de Parcelamento Especial de Regularização Tributária para Demais Débitos - PRT, dos tributos federais do período de novembro de 2014 a dezembro de 2015, em 180 parcelas. **b)** Em 13 de novembro de 2017, a Companhia aderiu ao programa de Parcelamento Especial de Regularização Tributária para Débitos Previdenciário - PRT, do período de dezembro de 2014 a junho de 2016, em 145 parcelas.

17. Impostos diferidos - passivo: Refere-se ao imposto de renda e contribuição social sobre o reconhecimento do valor justo do ativo imobilizado.

18. Provisão para demandas judiciais: A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. ***Passivos contingentes - risco de perda possível:*** A Companhia possui ainda ações de natureza trabalhista, envolvendo riscos de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como possíveis, no montante de R$ 8.346.944 (R$ 7.286.539, em 2024), não sendo, portanto, requerida sua provisão na data.

19. Patrimônio líquido: (i) Capital social: O capital social é de R$ 7.622.347, sendo 6.333.670 ações ordinárias nominativas com direito à voto e 746.000 ações preferenciais nominativas sem direito à voto da Classe P01 e 542.677 ações preferenciais nominativas sem direito à voto da Classe P02. Os lucros líquidos apurados foram destinados sucessivamente da seguinte forma: ***Reserva legal:*** A reserva legal foi constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado no exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **(ii) Ajuste de avaliação patrimonial:** Referem-se ao reconhecimento do valor justo do ativo imobilizado.

20. Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social:

	2025	2024
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	**2.480.514**	**(7.200.633)**
Alíquota nominal	34%	34%
Benefício à alíquota nominal	**843.375**	**2.448.215**
Ajustes dos tributos sobre o lucro:		
Amortização de ajuste de avaliação	(1.724.819)	-
Multas e infrações	(29.847)	-
Indenização	1.808.211	-
Prejuízo fiscal	219.666	-
Outras adições e exclusões líquidas	(61.119)	(9.570)
Tributos sobre o lucro	**1.055.467**	**2.438.645**
Correntes	(1.305.815)	-
Diferidos	2.361.282	500.369
Alíquota efetiva	**43%**	**-34%**

21. Cobertura de seguros: Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía cobertura de seguro de frotas e de acidentes pessoais de passageiros, por valores considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros.

22. Evento subsequente: No dia 4 de fevereiro de 2026 foi celebrado o 14° Termo de Aditamento ao Contrato de Concessão de Serviço de Transporte Coletivo Público de Passageiro na cidade de São Paulo, do Lote D4 do Grupo Local de Distribuição, com a Prefeitura de São Paulo, por intermédio da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Transporte, com objetivo de formalizar a transferência do Contrato n° 042/19 da Upbus Transportes S.A. (cedente) para a Companhia (cessionária), em todos os direitos e obrigações decorrentes da Concessão, inclusive no que se refere à prestação de garantia da execução contratual.

23. Informações suplementares: Em 31 de dezembro de 2025, a partir dos saldos apresentados no balanço patrimonial acima, a Companhia apresentava os seguintes índices:

Índice contábil	Fórmula	Memória de cálculo	Índice calculado
Liquidez Corrente	Ativo circulante / Passivo circulante	24.787.428 / 36.960.072	0,6707
Liquidez Geral	(Ativo circulante+ Realizável a longo prazo) / (Passivo circulante+ Exigível a longo prazo)	(24.787.428+11.311.003) / (36.960.072+43.850.424)	0,4467
Liquidez Seca	(Ativo circulante-Estoques) / Passivo circulante	(24.787.428-1.144.873) / 36.960.072	0,6396
Quociente de Solvência	Ativo total / (Passivo total-Patrimônio líquido)	121.381.315 / (121.381.315-40.570.819)	1,5020
Endividamento Total	(Passivo circulante+ Exigível a longo prazo) / Ativo total	(36.960.072+43.850.424) / 121.381.315	0,6658

Willamys da Silva Bezerra - Diretor Presidente

Ewerton Aparecido Magalhães Carneiro - Contador - CRC 1SP-268250/O-0

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos acionistas e administradores

Alfa Rodobus S.A. Transportes, Administração e Participação

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Alfa Rodobus S.A. Transportes, Administração e Participação (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Alfa Rodobus S.A. Transportes, Administração e Participação em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos - Evento subsequente:** Conforme nota explicativa nº 22, no dia 4 de fevereiro de 2026 foi celebrado o 14° Termo de Aditamento ao Contrato de Concessão de Serviço de Transporte Coletivo Público de Passageiro na cidade de São Paulo, do Lote D4 do Grupo Local de Distribuição, com a Prefeitura de São Paulo, por intermédio da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Transporte, com objetivo de formalizar a transferência do Contrato n° 042/19 da Upbus Transportes S.A. (cedente) para a Companhia (cessionária), em todos os direitos e obrigações decorrentes da Concessão, inclusive no que se refere à prestação de garantia da execução contratual. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. • **Imobilizado:** Consideramos como um principal assunto de auditoria devido a relevância dos valores envolvidos em relação ao total do ativo. O saldo do imobilizado é composto, substancialmente, pela conta de veículos. ***Como nossa auditoria conduziu esse assunto:*** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: i) obtenção da relação do ativo imobilizado; ii) recálculo das depreciações; (iii) revisão do mapa de adições e baixas; (iv) laudo técnico de avaliação dos ônibus; e (v) revisão da subvenção dos ônibus elétricos.. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que imobilizado e as divulgações realizadas estão adequadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, em todos os aspectos relevantes. • **Empréstimos e financiamentos:** Para fins de aquisição de ônibus e vans, a Companhia captou recursos junto às instituições financeiras. Consideramos como um principal assunto de auditoria devido a relevância dos valores envolvidos em relação ao total do passivo e pelas penalidades na qual estão sujeitas. ***Como nossa auditoria conduziu esse assunto:*** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: i) obtenção do entendimento sobre as liberações de recursos, o cálculo de atualizações, o cronograma de pagamentos e demais cláusulas contratuais; e ii) recálculo dos juros baseadas nas cláusulas contratuais e nos dados obtidos de fontes oficiais. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que as atualizações dos empréstimos e financiamentos e as divulgações realizadas estão adequadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, em todos os aspectos relevantes. • **Receita de serviços:** O faturamento da Companhia é decorrente da quantidade de passageiro transportado. Consideramos como um principal assunto de auditoria devido a relevância dos valores envolvidos. ***Como nossa auditoria conduziu esse assunto:*** Nossos procedimentos de auditoria incluíram a obtenção do demonstrativo de remuneração dos concessionários disponibilizados pelo ente contratante. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que as receitas estão adequadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, em todos os aspectos relevantes. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de abril de 2026

Unity Auditores Independentes - CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura - Contador CRC 1SP200894/O-0

DocuSigned by
Diario de Noticias
Assinado por: AMS EDITORA LTDA:00559976000107
CPF: 95190953815
Papel: Márcio Antonio Lopes da Costa
Data/Hora da Assinatura: 28/04/2026 21:24:08 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
F30028BECACE477...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.

AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publilegal.diariodenoticias.com.br/*